

Narratividade, memória e experiência: anotações em contos afro-brasileiros

Narrativity, memory and experience: notes in afro-brazilian stories

Alex Sander da Silva^{*1}, Christian Muleka Mwewa^{**2}, Gladir da Silva Cabral^{*3}

^{*}Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma-SC, Brasil.

^{**}Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UFMS, Três Lagoas-MS, Brasil.

Resumo

Este texto expõe um recorte teórico-conceitual de um estudo mais amplo que, em seu âmago, busca analisar as características e o potencial pedagógico-formativo de narrativas afro-brasileiras. Pretende compreender o potencial na constituição de processos formativos na educação, na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais. É um estudo teórico-conceitual que traz as narrativas, memórias e experiências da cultura afro-brasileira nos contos de uma mãe de santo, Beatriz Moreira Costa (Mãe Beata de Yemonjá). Desse modo, uma questão que destacamos aqui é a seguinte: quais características se destacam nas narrativas afro-brasileiras como potencialidades pedagógico-formativas na perspectiva da teoria crítica?

Palavras-chave: Narratividade. Memória. Experiência. Formação.

Abstract

This text exposes a theoretical-conceptual clipping of a broader study that, at its core, seeks to analyze the characteristics and pedagogical-formative potential of Afro-Brazilian narratives. It intends to understand the potential in the constitution of formative processes in education, in the perspective of an education for ethnic-racial relations. It is a theoretical-conceptual study that brings the narratives, memories and experiences of the Afro-Brazilian culture in the tales of a african-brazilian religious, Beatriz Moreira Costa (Mother Beata de Yemonjá). Thus, an issue that we highlight here is: what characteristics stand out in Afro-Brazilian narratives as pedagogical-formative potentialities from the perspective of critical theory?

Keywords: Narrativity. Memory. Experience. Formation.

Introdução

A aproximação com o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira após a aprovação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 veio impulsionar a necessidade de mergulhar no universo de representações no debate educacional. Isso significa trazer à tona o potencial pedagógico-formativo dos contos e das narrativas afro-brasileiras

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Educação – UNESC. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Formação Cultural e Sociedade (GEFOCS). E-mail: alexsanders@unesc.net

² Doutorado em Educação. Professor na UFMS – Campus Três Lagoas. E-mail: afromuleka@yahoo.fr

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Educação – UNESC.
Agência Financiadora: CNPq

numa perspectiva crítica. Trata-se de ter como referência a articulação entre narratividade, memória e experiência em contos afro-brasileiros.

Este texto expõe um recorte teórico-conceitual de um estudo mais amplo que, em seu bojo central, busca analisar as características e o potencial pedagógico-formativo de narrativas afro-brasileiras em contos afro-brasileiros. Nesse sentido, pretende compreender esse potencial na constituição de processos formativos na educação, na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais.

Embora já existam alguns estudos que tratem da temática sobre a cultura negra no campo educacional (tais como SOUZA, 1998, 2001; CUNHA Jr., 2001; SIQUEIRA, 2001), ainda é notória a ausência de estudos sobre as narrativas afro-brasileiras como potencial pedagógico-formativo. Para entender o impacto dessas narrativas, é preciso destacar a contribuição do patrimônio histórico e cultural da população negra.

Neste ensaio, pretende-se compreender o potencial pedagógico-formativo presente nas narrativas, memórias e experiências da cultura afro-brasileira nos contos de uma mãe de santo, Beatriz Moreira Costa (Mãe Beata de Yemonjá). Num primeiro momento, situamos o estudo na perspectiva da temática das relações étnico-raciais no Brasil. Num segundo momento, damos destaque ao lugar da narratividade, da memória e da experiência nos contos de Mãe Beata em sua potencialidade formativa.

Relações étnico-raciais e educação no Brasil

O que caracteriza as relações étnico-raciais no Brasil? Podemos dizer que essas relações se caracterizam a partir da necessidade de reconhecimento do racismo no Brasil. Trata-se, pois, de buscar na história da escravidão brasileira suas raízes, que são marcadas profundamente, sobretudo pela agressão física e moral contra os negros trazidos do continente africano, bem como de um processo complicado de abolição e instauração de uma república que não assumiu de maneira adequada a libertação da população negra.

Depois da abolição, os negros libertos foram abandonados à própria sorte. Uma das percepções mais agudas sobre essa questão foi feita em 1964, pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). Em um livro clássico chamado “*A integração do negro na sociedade de classes*”, ele foi ao centro do problema:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. [...] Essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (FERNANDES, 2008, p. 28).

O racismo brasileiro é um caso complexo e singular, pois ele se afirma por meio da sua própria negação. Ele é negado de forma veemente, mas se mantém presente no sistema de valores que regem o comportamento da sociedade. Uma das especificidades do preconceito racial vigente em nosso país é seu caráter não oficial. Enquanto em outros países adotaram-se estratégias jurídicas que garantiam a discriminação dentro da legalidade, no Brasil se fez o contrário.

Desde a proclamação da República, a universalidade da lei foi afirmada de maneira taxativa: nenhuma cláusula, nenhuma referência explícita a qualquer tipo de diferenciação pautada na raça. No entanto, assim como silêncio não é sinônimo de inexistência, o racismo foi aos poucos repostado, primeiro de forma “científica”, com base no beneplácito da biologia, e depois pela própria ordem do costume.

É importante destacar também que vivemos numa sociedade marcadamente discriminatória, isto é, com sintomas de um racismo estrutural que historicamente minimizou e vem minimizando a história e a cultura africana e afro-brasileira. Ao tomar como base a tese de alguns “estudiosos”, dos mais diferentes matizes, houve uma dedicação, na sociedade brasileira, a contrariar a ideia de uma chamada *democracia racial*.⁴

Essa ideia levou muitos a acreditarem que o racismo não existe no Brasil. Contudo o que seria necessário para superar essa ideia? Um primeiro passo, para o reconhecimento do racismo é afastar essa impressão de *democracia racial*, o que outorgaria maior consistência no discurso e nas práticas sociais do seu combate. Para Florestan Fernandes (1989), a desmistificação da ideia de convivência pacífica entre as raças no Brasil deveria ser um dos primeiros passos a ser dado, como forma de fortalecimento da luta do povo negro contra a discriminação racial.

Um segundo passo seria construir um movimento de oposição à ideologia dominante, criando assim bases político-culturais de combate não apenas ao racismo, mas também ao capitalismo. Pois, nesse aspecto, faz-se necessário o reconhecimento de que o racismo se aprofunda a partir de uma relação de exploração de classe social.

Outro aspecto, seria considerar a indiferença moral em relação ao destino social da população negra tão generalizada, que ninguém se abala tanto com a constatação das desigualdades raciais. É como se os homens e mulheres negros não existissem, não fizessem parte e nem participassem ativamente da sociedade brasileira. A “invisibilidade” do processo de discriminação racial reaviva o *mito da democracia racial*, impedindo uma discussão séria, franca e profunda sobre as relações raciais, além de inibir a cada dia as políticas públicas específicas para a população negra.

A necessidade de a população negra conquistar o reconhecimento, a valorização e a afirmação de sua negritude é colocada como um fator importante na luta pelo combate ao racismo. Essa luta se dá no marco político e também nas questões socioculturais, sobretudo quando se pretende que as pessoas negras sejam “vistas”, isto é, sejam reconhecidas e valorizadas na sociedade.

Trata-se de ter como referência a tessitura de uma rede de saberes e práticas do e no cotidiano da manifestação cultural negra no contexto da educação básica. Embora o tema das relações étnico-raciais e a educação tenham sido pautados mais fortemente nos últimos 30 anos⁵, o debate e os estudos sobre esse tema têm a necessidade de emergir mais frequentemente no contexto atual.

⁴ Ver, por exemplo, o livro do professor Wilson Honório da Silva, *O Mito da Democracia Racial*, lançado no ano de 2016, que, numa perspectiva marxista, faz um estudo sobre tal mito tão difundido em nossa sociedade, retoma diversos aspectos históricos, a questão da autodeclaração e outras perspectivas adotadas pela intelectualidade brasileira.

⁵ Com base nos estudos de Silva (2001), destacam-se projetos de extensão pedagógica e de escolas pluriculturais, tais como o projeto do Bloco Afro Ilê Aiyê (Salvador, BA), que oferece formação para professores das redes estadual e municipal; as linhas de pesquisa e núcleos pluriculturais, em diversas universidades federais (Neabs); a produção de dissertações e teses que começam a surgir com mais frequência e a própria criação do Grupo de Estudo Relações Raciais/Étnicas na XXIV Reunião da ANPEd.

Uma questão que merece destaque para o estudo sobre as práticas de saberes da cultura negra é a seguinte: qual educação é preciso considerar nas teorias e práticas educacionais diante da diversidade étnico-racial da cultura brasileira, com suas características, seus modos de vida, de pensar e narrar suas histórias? Afinal, ao prevalecer uma educação eurocêntrica, que supõe a supremacia de um grupo étnico em detrimento de outros, elimina-se qualquer possibilidade de reconhecimento da diversidade cultural.

Siqueira (2001, p. 5), ao explanar sobre os pressupostos de uma educação para a diversidade cultural, entende que:

Há uma dificuldade face ao desafio do entendimento do conhecimento tanto no nível intelectual quanto emocional. Há razões profundas que estão interiorizadas no profundo de nós mesmos, quando se trata de pensar em teoria, conhecimento, ciência, saber, raciocínio, lógica, intelecto. Essas categorias estão sempre associadas ao mundo ocidental, ao conhecimento europeu, às origens do mundo que foi estruturado sob a influência de um sistema social hegemônico, que nega a legitimidade de outras formas de pensar.

Na concepção de Siqueira (2001), para que haja um aprofundamento do debate dessa natureza, é preciso considerar questões relativas à origem do ser humano, à origem da civilização e à predominância da civilização europeia em detrimento de outras experiências e narrativas socioculturais. Para a autora, “é fundamental nessas análises o estudo do papel do lugar e do respeito à riqueza das diferenças e da consciência de sua historicidade no mundo” (ibidem, id.).

Ainda persiste no Brasil um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes europeias, ignorando ou pouco valorizando as outras (africanas, indígenas, asiáticas, etc.). Os diferentes grupos, as diferentes identidades que constituem a própria sociedade brasileira, têm demonstrado o quanto é necessário o respeito à diversidade étnico-racial.

Assim sendo, a educação, particularmente a formação de professores, ainda constitui-se em espaços significativos de aprendizagens entre brancos e negros, na troca de conhecimentos de história e de cultura. Nesses termos, Souza destaca que,

Falar da educação brasileira, para além dos seus meandros formais na estrutura do sistema educacional, é dizer o que verdadeiramente nós somos enquanto população negra e qual a nossa participação no bojo do conhecimento produzido e necessário para a compreensão de nossa identidade. Os educadores brasileiros não deveriam se furtar em descobrir as diferentes formas de organização que a população negra utiliza em seu processo de transmissão do conhecimento, no que se refere aos paradigmas que sustentam as suas representações e métodos utilizados na sistematização dos saberes como as tradições orais (SOUZA, 2001, p. 13).

Todavia, embora façamos referência à problemática da identidade cultural, não perdemos de vista a questão da identidade racial em seu sentido mais amplo, sobretudo marcada pelos processos sociais contemporâneos de transição e de luta de classes (FERNANDES, 1989). Nesse sentido, o enfoque sobre as identidades negras deve estar relacionado às práticas de narrativas dos saberes africanos e afro-brasileiros, que consideram a realidade racial, a fim de possibilitar um melhor entendimento da diversidade étnico-racial.

Para Souza (2001, p. 12),

Pouco se tem conhecimento do tipo de análise e interpretação que fizeram das estruturas narrativas nas práticas dos saberes africanos, com vistas à apreensão da crença no poder da fala e do gesto, junto às formas de organização e socialização dos jovens no interior de diferentes grupos ligados às artes e à religião.

Nesse sentido, utilizar-se de narrativas e contos que reflitam histórias coletivas e diálogos se configura num processo filosófico-formativo peculiar, sobretudo quando se fala da complexidade do tema das relações étnico-raciais. E, no que diz respeito à narratividade negra, segue-se a tentativa de ocupar um espaço para o reconhecimento das diferenças e identidades étnico-raciais do debate filosófico educacional.

Narratividade, memória e experiência nos contos de Mãe Beata de Yemonjá

A luta por reconhecimento, valorização e afirmação da identidade e da formação cultural negra ficou fortalecida, sobretudo a partir da promulgação das Leis 10.639 (BRASIL, 2003) e 11.645 (BRASIL, 2008), que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira⁶. Tal obrigatoriedade veio impulsionar o mergulhar nesse universo de representações no espaço escolar.

Isso significou trazer à tona o potencial pedagógico-formativo da presença e da produção social da população negra. Nesse sentido, uma questão que destacamos aqui é a seguinte: que características se sobressaem nas narrativas afro-brasileiras como potencialidades pedagógico-formativas na perspectiva da narratividade, da memória e da experiência em Walter Benjamin?

Numa abordagem preliminar de obras de Walter Benjamin, podemos destacar de antemão dois aspectos importantes intimamente relacionados entre si: um primeiro aspecto diz respeito à crítica cultural contundente às produções culturais e artísticas; um segundo aponta para o aprofundamento do sentido da “narratividade”, da “memória” e da “experiência” (*Erfahrung*), enquanto momentos de expressividade da produção cultural marginal, como compreensão particular da vida humana.

No texto *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (1994), Benjamin indica que a figura do narrador se constitui a partir da intensa troca de experiências contadas de geração em geração. Para ele,

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos (BENJAMIN, 1994, p. 197).

Para Benjamin, a narrativa está intimamente ligada à memória. Benjamin (2012) afirma que a memória cria a corrente da tradição e que passa de geração a geração por meio da narratividade e da experiência. Isso se configura como um “trabalho artesanal”, cujo escopo é entrelaçar a experiência e a memória, capaz de agir sobre o passado “como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p. 205).

⁶ Em março de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639/03 – MEC, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos no currículo escolar dos ensinos Fundamental e Médio. A Lei nº 11.645 acrescenta o tema das questões indígenas.

Assim, a narração, enquanto experiência (*Erfahrung*) de trabalho artesanal, configura-se na matéria vital vivenciada coletivamente. Na coletividade, a memória se materializa por meio da narração, particularmente, daquele que “conta” a história. Contar é recontar, rememorar a experiência. Isso conduz bem a vida e a obra de Beatriz Moreira Costa.

Mãe Beata de Yemonjá, assim como é chamada no Candomblé, traz nas suas memórias as histórias e os mitos contados e ouvidos na sua vivência em comunidades de Candomblé. A imersão de Mãe Beata nos contos e na religião afro-brasileira se deu em Salvador, pela *Ialorixá* Olga de Alaketo, e desde jovem Beata participa da tradição de contar histórias e mitos que marcam o processo de iniciação e envolvimento do Candomblé e das religiões de matriz africana.

Nesse sentido, ao lermos seus contos, referimo-nos às histórias e memórias impregnadas nas experiências coletivas. Na obra de Mãe Beata, destaca-se a tradição cultural africana por meio da preservação e do relato das memórias dos povos de origem africana. É o entrelaçamento entre mito e memória, conforme sugere Cardoso (2008).

Em seus livros publicados, *Caroço de Dendê: a sabedoria dos terreiros – como ialorixás e babalorixás passam conhecimentos a seus filhos e Histórias que minha avó contava*, Mãe Beata invoca memórias de sua infância, de histórias contadas numa região fortemente marcada pela cultura afro-brasileira.

Conforme Freitas (2014, p. 2),

O ato de contar histórias, feito por Mãe Beata em seu terreiro é uma forma de preservar a tradição oral de seus antepassados no sentido de passar os conhecimentos de terreiro do mais velho para os mais novos, obedecendo a uma hierarquia de saber ainda muito preservada em casas de Candomblé no Brasil.

As histórias de Mãe Beata relatadas em seus livros dão voz à memória da cultura afro-brasileira e refletem esteticamente a cultura do “povo de santo” (CARDOSO, 2008, p. 8). Nelas, a dinâmica da oralidade transmitida nessas histórias e a interação entre contadores e ouvintes nos levam a pensar na criação coletiva das comunidades de terreiro. Podemos dizer que essas histórias sobrevivem por conta de uma memória coletiva resguardada na tradição religiosa afro-brasileira.

Mãe Beata vem dar visibilidade à “tradição africana da palavra narrada”, isto é, vem mostrar uma literatura de resistência, na defesa da conservação de ideias, valores e imagens, cultivando glórias guerreiras e sociais dos africanos e seus descendentes. Suas histórias envolvem sua vida, conectada à vida dos seus antepassados e à história dos povos afro-brasileiros. Ela é, ao mesmo tempo, contadora e participante dessas histórias, vividas e recontadas no dia a dia dos terreiros (CARDOSO, 2008, p. 13).

Freitas (2014, p. 2) destaca algumas características do texto de Mãe Beata:

Suas narrativas são curtas (contos); temas voltados ao universo mítico afro-brasileiro; atualização de mitos africanos *yorubás*⁷; intervenção dos deuses *yorubás* no cotidiano das mulheres brasileiras de terreiro; linguagem coloquial; metáforas do cotidiano; uso constante de provérbios; crítica social; relações de

⁷ Nome atribuído para uma das maiores etnias africanas, configurada por diversas populações ligadas entre si por uma língua comum de mesmo nome, além de uma mesma história e cultura. A maior parte dos iorubás vive na Nigéria, mais precisamente na região sudoeste do país. Há também importantes comunidades presentes em Benim, Gana, Togo e Costa do Marfim.

gênero problematizando raça e classe social; condição feminina orientada pelos arquétipos das deusas da mitologia *yorubá*.

Desse modo, suas histórias atualizam memórias socioculturais e religiosas dos terreiros do Candomblé, como parte integral do *axé*, da força vital da religiosidade afro-brasileira (CARDOSO, 2008). Ou seja, há uma ligação íntima entre as histórias rememoradas e a vida cotidiana nas comunidades religiosas, que se renovam em seus significados e suas forças na presença na vida destas comunidades.

Os contos reunidos de Mãe Beata expressam uma literatura rapsódica, narrativa, que compõe parte de lendas afro-brasileiras dos povos descendentes do iorubá e de outras etnias. Sendo que a publicação desses contos sai do limite dos terreiros e se insere num contexto mais amplo da cultura brasileira (CARDOSO, 2008). Esses contos têm características comuns, suas histórias retratam relações de gênero, problematizam a condição das mulheres, as personagens femininas, quando submetidas às situações embaraçosas do cotidiano.

No conto *Tomazia*, por exemplo, é narrada a história de uma menina criada por uma senhora de engenho, que começou a desconfiar que ela era filha do seu marido. A senhora chamou uma escrava que não gostava muito de Tomazia, a qual foi atendê-la bem contente. Tomazia estava sentada junto da senhora que virou para sua escrava e disse:

- Olha bem para essa negrinha e veja se ela não parece bem com o meu marido.
- Agora que a senhora tá vendo? – respondeu a escrava – Ela é a cara dele. Eu pensei que a senhora já soubesse. É o que todo mundo fala (YEMONJÁ, 2008, p. 57).

Observa-se no fragmento a condição de muitas crianças afro-brasileiras descendentes de mulheres escravas, frutos da violência sexual dos seus senhores. Isso causava ódio nas senhoras que buscavam uma forma vingativa de reparar o erro do marido, castigando violentamente com açoites as escravas, criando formas de poder incriminar o fruto desse erro. Em diferentes níveis, a trajetória das mulheres e das crianças negras no período da escravidão está interligada com a dominação do senhor de engenho.

As relações de dominação exercidas pelos senhores de engenho absorvem o cotidiano das mulheres, sendo que a submissão e a subserviência as subjugam no domínio dos seus corpos. As práticas de violência exercidas sobre o corpo da mulher e da criança negra são tão mais duras que tomam um lugar simbólico de destaque, em que a senhora procura um subterfúgio para operar sua vingança.

Conta a história que a senhora de engenho pegou um anel de brilhante e colocou-o aos pés de um baobá, uma árvore africana. Dessa forma, a senhora chegou até o marido e disse que a escrava Laura viu Tomazia roubar o anel de brilhante dela, que quando vista por Laura, Tomazia o havia jogado no rio.

O homem então chamou Tomazia, que disse que não tinha roubado o brilhante, e começou a chorar. Naquele tempo, quem roubava tinha que ser queimado. Então, fizeram uma fogueira, que o castigo de Tomazia era ser queimada na fogueira em praça pública. O dono do engenho não queria, porque sabia que Tomazia era filha dele, mas tinha que ser assim. Ele não podia voltar atrás na palavra dele (YEMONJÁ, 2008, p. 58).

Na narrativa, há um cunho de determinismo moral, tanto sobre o castigo de quem roubava, que “tinha que ser queimado” quanto da situação do próprio senhor que, apesar de saber que Tomazia era sua filha, “não podia voltar atrás na palavra dele”. Mas a narrativa encontra uma saída em que Tomazia ganhará justiça de uma mulher muda, a qual surge na história e começa a gritar:

Não mate Tomazia!

Não queime Tomazia!

Não mate Tomazia!

Não queime Tomazia!

A senhora escondeu o brilhante no pé de baobá.

O brilhante estava aos pés do baobá e Tomazia foi solta; a senhora foi queimada, junto à escrava que ajudou a condenar a menina, por ter levantado falso testemunho. Logo se percebe que a narradora destaca que Tomazia foi salva aos pés do baobá. A narrativa indica a árvore como testemunha de uma injustiça e Tomazia consegue alcançar a liberdade tornando-se “dona do engenho, pois tudo era do pai dela”.

O baobá é um dos símbolos fundamentais das culturas africanas tradicionais. Na religiosidade *yorubá*, a árvore baobá surge como símbolo de resistência, na conexão entre o mundo natural e o sobrenatural. Nesse sentido, ao entendermos os detalhes simbólicos da tradição dos orixás, entendemos que os seus poderes atuam na conectividade entre o mundo real e o transcendente.

Nos contos de Mãe Beata, podemos destacar o potencial pedagógico-formativo presente nas narrativas, na memória e na experiência negras. Seja pela importância dada à natureza, sobretudo pela relação intrínseca com as divindades presente nos cultos religiosos. Seja pelo valor da palavra, que tem um poder inestimável na “revelação” das coisas sagradas, ou seja pelo valor da ancestralidade que tem nas heranças africanas a sedimentação de uma identidade de resistência.

Considerações finais

A reflexão sobre a potencialidade pedagógico-formativa dos contos e narrativas afro-brasileiras implica considerar esses lugares “santos” de narratividade, de memória e experiência, como lugares educativos. Esse enfoque está relacionado às possibilidades de entendimento da diversidade étnico-racial nas narrativas afro-brasileiras.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2004) orientam aprendizagens a partir das trocas de conhecimentos, das quebras de desconfiança e de preconceitos. Para entender o impacto dessas narrativas, é preciso ter em vista a contribuição do patrimônio histórico e cultural da população negra.

Desse modo, faz-se necessário também reconhecer as narrativas que estão no interior das casas de reza, nos terreiros e nos batuques do Candomblé e da Umbanda, que são resistentes nesses espaços. Uma resistência que exige a valorização e respeito aos processos históricos vivenciados da cultura e da história afro-brasileira, que são muito bem expressas nas narrativas de Mãe Beata.

A reflexão sobre a potencialidade pedagógico-formativa dos contos e narrativas afro-brasileiras implica considerar esses lugares “santos”, lugares educativos. A partir dos diálogos, os processos de oralidade se configuram num processo formativo peculiar, sobretudo quando se fala da complexidade do tema das relações étnico-raciais.

Com base nessas considerações, podemos dizer que a luta antirracista passa pelo reconhecimento afirmativo da identidade negra e toma corpo e consistência quando está atenta aos fatores da formação cultural negra. E no que diz respeito à narratividade negra, segue-se a tentativa de ocupar um espaço para o reconhecimento das diferenças e identidades étnico-raciais do debate filosófico educacional.

Referências

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II**. Magia, Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

BENJAMIN, Walter. **Obra Escolhida**. São Paulo: Brasiliense, vol. I, 2012.

BRASIL. **Lei n.º 10.639 - MEC**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **[Diário Oficial]** da República. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 02 abr 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 02 abr 2017.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **[Diário Oficial]** da República. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 02 abr 2017.

CARDOSO, Vania. Mito e memória: a poética afro-brasileira nos contos de Mãe Beata. In: YEMONJÁ, Mãe Beata. **Caroço de dendê: a sabedoria dos terreiros**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008, pp.23-42.

CUNHA Jr., Henrique. **Reivindicações negras na educação**. Fortaleza: Editora da UFC, 2001.

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. II. São Paulo: Globo, 2008.

FREITAS, Sávio Roberto Fonseca de. Na ficção curta de Mãe Beata de Yemonjá: O Candomblé no feminino. **Cadernos Imbondoiro**. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014, pp.236-253.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Conhecimento, consciência e memória cultural africana no Brasil**. XV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte-Nordeste (EPENN). São Luiz/Maranhão, 2001, pp. 312-327.

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. São Paulo: Editora Sudermann, 2016.

SILVA, Wilson Honório da. **Globalização e racismo**. São Paulo: ILAESE, 2001.

SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SOUZA, Paulo Renato. A questão racial e a educação. **Folha de São Paulo**, p. A3, 30 de agosto de 2001.

YEMONJÁ, Mãe Beata. **Caroço de dendê: a sabedoria dos terreiros**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

Enviado em: Abril 06, 2017. Aprovado em: Junho 09, 2017.